

Director Regional da Cultura demite-se depois de ter sido exonerado pela Secretária da Cultura

O Director Regional da Cultura, Ricardo Tavares, foi exonerado, a seu pedido, segundo um despacho publicado em Jornal Oficial, duas semanas depois de o Executivo açoriano ter comunicado que tal aconteceria, a pedido da Secretária Regional.

“Pelo presente despacho cessa, a seu pedido, a comissão de serviço do doutorado em Teologia Ricardo Jesus Vicente Tavares no cargo de Director Regional da Cultura”, lê-se no despacho assinado pelo Presidente do Governo Regional, José Manuel Bolieiro, e pela Secretária Regional da Cultura, Ciência e Transição Digital, Susete Amaro, que “produz efeitos à data da sua assinatura”.

O Executivo açoriano já tinha revelado, na Quinta-feira ao final do dia, em comunicado de imprensa, que o Director Regional da Cultura tinha apresentado “o seu pedido de exoneração com efeitos imediatos” e que o mesmo tinha “sido aceite” por José Manuel Bolieiro.

Segundo o Governo Regional, o pedido de exoneração ocorreu “na sequência da audição prévia” de Ricardo Tavares, “no âmbito do Estatuto do Pessoal Dirigente dos Serviços e Organismos da Administração Central, Regional e Local do Estado”.

“O XIII Governo dos Açores agradece ao até agora Director Regional da Cultura os serviços prestados em prol do serviço público”, acrescentou.

A exoneração do Director Regional



da Cultura, só agora oficializada, já tinha, no entanto, sido anunciada em 2 de Março, num comunicado do Governo Regional, que alegava que o pedido tinha sido feito pela titular da pasta.

“A Secretária Regional da Cultura, da Ciência e Transição Digital, Susete Amaro, solicitou ao Presidente do Governo [Regional] a exoneração com efeitos imediatos do Director Regional

da Cultura, Ricardo Tavares, pedido aceite por José Manuel Bolieiro”, indicou o Executivo açoriano.

Na altura, circulou nas redes sociais um email em que Susete Amaro comunicava a Ricardo Tavares que tinha dado instruções aos funcionários da Direção Regional da Cultura para que não cumprissem “qualquer despacho, instrução ou email emanado” do então Director Regional.

“A partir deste momento, retiro-lhe todas as suas competências, bem como a confiança política”, escreveu no email.

A 2 de Março, a Secretária Regional da Cultura justificou o pedido de exoneração do Director regional com falta de “lealdade e zelo”.

“O que levou a este pedido de exoneração foi um conjunto de várias situações que não se coadunam com a lealdade e com o zelo que deverá existir no exercício de um cargo desta natureza”, afirmou.

Confrontada com o conteúdo do email que começou a circular nas redes sociais, Susete Amaro garantiu que a decisão de exoneração já tinha sido comunicada anteriormente ao Director Regional e que foi enviada também uma carta a Ricardo Tavares.

A governante lamentou ainda que o email, enviado a várias pessoas, tenha sido tornado público.

“Não deveria ter acontecido. Provavelmente, terei de instaurar um processo

de averiguações para saber como é que essa situação se procedeu”, adiantou.

O Governo Regional dos Açores, que tomou posse em Novembro de 2020, resulta de uma coligação de três partidos (PSD, CDS-PP e PPM), que conta ainda com o apoio parlamentar de Chega, Iniciativa Liberal e deputado independente (ex-Chega).

Susete Amaro foi indicada pelo PSD para a tutela da Cultura, da Ciência e Transição Digital e Ricardo Tavares foi indicado pelo PPM.

Ao longo do mandato, por várias vezes, a Secretária Regional e o Director Regional apresentaram divergências publicamente.

O caso mais mediático esteve relacionado com um pedido de transferência de um boi anão empalhado da colecção do Museu Carlos Machado para o Ecomuseu do Corvo, dirigido por Deolinda Estêvão, mulher do líder do PPM/Açores, Paulo Estêvão.

Apesar dos pareceres negativos do Director do Museu Carlos Machado, Duarte Melo, e do responsável pela colecção de História Natural, João Paulo Constância, o Director Regional da Cultura aceitou o pedido de transferência.

Essa decisão acabaria por ser revertida pela Secretária Regional da Cultura, Ciência e Transição Digital, que permitiu uma cedência temporária, desde que garantidas todas as condições técnicas para a conservação da peça.

Mau tempo até à madrugada de amanhã



A previsão do vento e do estado do mar aponta para um agravamento considerável das condições meteorológicas e de agitação marítima no arquipélago dos Açores, até à madrugada de ama-

nhã.

A agitação marítima será caracterizada por uma ondulação proveniente do quadrante Noroeste, com uma altura significativa que poderá atingir os dez metros e uma altura máxima de 18 metros, com um período médio a variar entre os 11 e 15 segundos. São esperados ventos com uma intensidade média de até 75km/h e rajadas até 120km/h, provenientes do quadrante Noroeste.

Assim, a Marinha e a Autoridade Marítima Nacional reforçam a recomendação, em especial à comunidade piscatória e da náutica de recreio que se encontra no mar, para o eventual regresso ao porto de abrigo mais próximo e a adopção de medidas de precaução. Recomenda-se o reforço da amarração e vigilância das embarcações atracadas e fundeadas e aconselha-se igualmente a que os marítimos mantenham um estado de vigilância permanente e acompanhem a evolução da situação meteorológica, através dos avisos à na-

vegação e da previsão meteorológica radiodifundidos pela Marinha relativos à previsão meteorológica do Instituto Português do Mar e da Atmosfera (IPMA), bem como outras informações disponibilizadas pelas Capitánias sobre as condições de acesso aos portos, evitando sair para o mar até que as condições melhorem.

À população em geral é desaconselhada a prática de passeios junto à orla costeira e nas praias, bem como a prática de actividades nas zonas expostas à agitação marítima ou atingidas pela rebentação. Em especial, deve ser evitado o acesso e permanência junto às falésias e zonas de arriba, sendo essencial que se adopte uma postura preventiva, não se expondo desnecessariamente ao risco. Caso exista absoluta necessidade de se deslocar até à orla costeira, deverá manter uma atitude vigilante, tendo sempre presente que nestas condições o mar pode facilmente alcançar zonas aparentemente seguras.

Exames no ensino secundário

Tal como aconteceu nos dois últimos anos lectivos, os alunos que estão a concluir o ensino secundário só terão de realizar exames nacionais caso queiram concorrer ao ensino superior e apenas farão as provas exigidas pelos cursos aos quais se candidatam.

No caso do 9.º ano, as provas finais de Matemática e de Português, que deixaram de ser feitas durante a pandemia, voltam a realizar-se, mas não contarão para a nota final destas duas disciplinas.

Assim, em relação aos exames nacionais do secundário, que tradicionalmente são necessários para a conclusão das disciplinas, contando 30% para a nota final, terão mais uma vez efeito apenas para o acesso ao ensino superior.

Quanto aos exames do 9.º, servirão para aferir as aprendizagens dos alunos e serão feitos relatórios por escola, à semelhança do que acontece com as provas de aferição dos 2.º, 5.º e 8.º anos.

Estas provas também voltam a ser realizadas este ano pela totalidade dos alunos daqueles níveis de ensino, segundo nota do Ministério da Educação.